

Universidade Federal do Espírito Santo  
Licenciatura Intercultural Indígena  
PROLIND

**MEMORIAL DO PRODUTO EDUCACIONAL: A EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA NA ESCOLA TUPINIKIM EMEFI DORVELINA  
COUTINHO DA ALDEIA DE COMBOIOS**

Angélica Carlos Coutinho  
Larissa Duarte Florêncio

Aracruz  
2022

Universidade Federal do Espírito Santo  
Licenciatura Intercultural Indígena  
PROLIND

**MEMORIAL DO PRODUTO EDUCACIONAL: A EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA NA ESCOLA TUPINIKIM EMEFI DORVELINA  
COUTINHO DA ALDEIA DE COMBOIOS**

Angélica Carlos Coutinho  
Larissa Duarte Florêncio

Memorial que acompanha o produto educacional do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao PROLIND como requisito para obtenção do título de Graduado em Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Espírito Santo.

Orientadora: Dra. Paula Cristina Pereira Silva

Aracruz  
2022

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO DAS AUTORAS.....</b>	<b>04</b>
1.1 Memorial de Larissa Duarte Florêncio.....	04
1.2 Memorial de Angélica Carlos Coutinho.....	08
<b>2. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA .....</b>	<b>11</b>
2.1 Objetivos da pesquisa.....	13
2.2 Percurso metodológico.....	13
<b>3. O PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>14</b>
<b>4. AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>16</b>
4.1 Larissa Duarte Florêncio.....	16
4.2 Angélica Carlos Coutinho.....	13
<b>5. BREVES PALAVRAS DA ORIENTADORA.....</b>	<b>17</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>19</b>

## 1. APRESENTAÇÃO DAS AUTORAS

Este memorial faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Licenciatura Intercultural Tupinikim e Guarani (PROLIND-UFES) e tem como finalidade apresentar a trajetória de pesquisa que culminou no produto educacional intitulado *A educação inclusiva na escola tupinikim Emefi Dorvelina da Aldeia de Comboios*. Para isso, inicialmente, é fundamental compartilhar as nossas trajetórias pessoais e profissionais. Isto porque, por meio delas, é possível perceber o que motivou a pesquisa realizada para o desenvolvimento do referido produto educacional. Assim, a menção das nossas memórias históricas traduz a importância da relação das autoras com a chamada “Educação Especial”, além de dar um panorama sobre a educação indígena do nosso povo tupinikim. Portanto, a construção e elaboração deste trabalho consistem nos momentos de nossas vidas pessoais e coletivas, junto ao nosso povo tupinikim. Coletivas porque, como nos mostra a indígena tupinikim Andreia Cristina Almeida, em sua dissertação, ao compartilhar uma reflexão de Bosi (1914), toda memória individual é também uma perspectiva sobre a memória coletiva.

[...] Nossos deslocamentos alteraram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios diversos, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado (*apud* ALMEIDA, 2007, p. 14).

### 1.1 Memorial de Larissa Duarte Florêncio

Faço parte do povo tupinikim, sempre residi na Aldeia Comboios, que fica no município de Aracruz. Mudei-me para a Aldeia Córrego do Ouro no ano de 2020. Tenho 38 anos, sou casada, tenho um casal de filhos, sou filha de Regina Duarte Florêncio e Renato Florêncio. O meio de sobrevivência da minha família sempre foi à agricultura familiar, desde criança sempre acompanhei meus pais nessas atividades, depois que chegava da escola ou nos finais de semana.

Meus pais estudaram muito pouco, mas sempre me motivaram a estudar,

porque não queria para os filhos o mesmo que aconteceu com eles. O incentivo e a inspiração dos meus pais sempre foram à força maior para eu estudar, apesar de todas as dificuldades nunca me faltaram coragem e determinação. Minha trajetória de estudante sempre foi marcada por muitas lutas e desafios. Mas foram esses desafios que me impulsionava para vencer na vida.

Estudei da 1ª a 4ª série na Aldeia de Comboios, a distância da minha casa até a escola era de aproximadamente de 30 a 40 minutos, percurso de todos os dias de caminhada para estudar. Nessa época, os professores eram funcionários da Fundação Nacional do Índio - FUNAI e da Prefeitura Municipal de Aracruz. As turmas eram multisseriadas e a estrutura da escola não era muito adequada, merenda escolar era escassa. Lembro que eu e os colegas pegávamos lenha e procurávamos mamão nas redondezas da escola e a professora preparava pelo menos um doce para nós alunos.

A partir da 5ª série nós tínhamos que ir para as escolas mais próximas. Porém, a escola mais próxima ficava localizada na Vila do Riacho, bairro vizinho, um percurso de pelo menos 1 hora de caminhada, já que não existia transporte escolar. Para dar continuidade nos estudos fui matriculada na Escola Família Agrícola de Rio Bananal onde ficava uma semana na escola e outra em casa, recordo-me o quanto era difícil ficar longe da família e ainda aprender a lidar com a saudade, estudei até a 7ª série dessa forma. Concluí a 8ª série no ano de 1999 na escola EEEFM Ermentina Leal em Vila do Riacho, enfrentando muitas dificuldades.

No ano de 2000, fui estudar na Escola Família Agrícola de Olivânia, na cidade de Anchieta, onde era semana de alternância assim como a Escola de Rio Bananal, fiquei nessa escola entre 2000 e 2001.

No ano de 2002, estudei o 3º ano na Escola Caboclo Bernardo em Barra do Riacho, onde para continuar os estudos tive que morar de favores em casas de parentes e amigos. Assim que concluí o Ensino Médio prestei o vestibular para o sonhado curso de Pedagogia, pois meu sonho desde a infância era ser professora.

No ano de 2003, ingressei no curso de Pedagogia, na antiga Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz (FACHA), com bolsa integral que era resultado de um

acordo da empresa Aracruz Celulose com as aldeias indígenas da região. Esse meu sonho de estudo foi marcado também por muitas dificuldades relacionadas a transporte e de ordem financeira. Final do ano de 2005, em meio as lutas, conclui o curso de Pedagogia.

Em 2006 tive a primeira oportunidade de contrato para atuar de professora na EMEFI Dorvelina Coutinho com a turma de alfabetização. Foi uma experiência marcante que me proporcionou muito aprendizado. Continuei na mesma escola, de 2007 a 2013, atuei com turmas multisseriadas de 4º e 5º ano, onde me encontrei e atuei por muitos anos.

De 2014 a 2021, fui contratada como professora da chamada “Educação Especial”. **Porque aceitei atuar na “Educação Especial”?**

Acredito que todos nós temos uma missão na nossa trajetória da vida, Deus me presenteou no ano de 2009 com um lindo filho, aparentemente tudo normal até os 09 meses. A partir de 01 ano e 10 meses comecei a notar comportamentos inadequados, agressividade, sono agitado, muito choro, seletividade alimentar e dificuldades com a socialização. Com isso, corri para buscar ajuda com a Pediatra e que logo a orientação é que aguardasse até fazer 02 anos. Nesse intervalo eu já vinha participando das formações de Educação Especial, sendo que em cada noite de formação eu buscava atentamente entender cada necessidade tratada pela formadora. Recordo-me que na semana que antecedia a consulta do meu filho a temática tratada na formação era o Autismo. Na medida em que estudava tudo ficava compreensível para mim, porém era difícil eu entender ou aceitar que meu filho tinha aquele transtorno.

Exatamente no dia 3 de dezembro no ano de 2011 levei meu filho para ser avaliado pela Neuropediatra e ele recebeu o diagnóstico de autismo leve a moderado. Este momento foi muito marcante na minha vida, o meu chão se abriu e eu não podia conter as lágrimas. Quantas lutas incessantes para buscar todos os profissionais que meu filho precisava. E não era só isso, eu precisava também entender tudo sobre o diagnóstico, tratamento, saber lidar com o comportamento que era o grande desafio. Então fui à luta, participava de todas as formações que surgiam sobre o assunto:

capacitações, seminários, congressos, especializações e muitas leituras.

Com o diagnóstico e as formações e especialização a partir da necessidade do meu filho adquirir bagagem para trabalhar com a Educação Especial, tendo condições de ajudar e orientar outras famílias da aldeia de Comboios, bem como os alunos da escola que eu trabalhava, que muitas das vezes eram mal compreendidos. Alunos com necessidades especiais demandam por muitas das mudanças de atitudes toda equipe escolar e um olhar diferenciado para que sejam contemplados com uma educação escolar de qualidade que valorize e respeite as potencialidades de cada um, levando em consideração que cada um aprende no seu tempo conforme suas especificidades. Devido a essa minha história e trajetória de vida, de experiência de ser mãe de uma criança com necessidades especiais e também várias outras crianças da aldeia que conheci, fui motivada a pesquisar sobre a Educação Especial. E assim, poder contribuir com mais pessoas que vivem essa realidade.

Para finalizar meu memorial, em 2015 em meio a lutas do povo tupinikim e Guarani, começo a sonhada formação específica na licenciatura intercultural indígena do Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind). Iniciei os estudos com muita motivação e garra porque esse curso é uma conquista de muitas lutas do meu povo.

No ano de 2016, tive um diagnóstico de câncer muito raro, que poderia acabar com mais um sonho, mais uma batalha que começou com muitas cirurgias e tratamentos doloridos. Com isso, vivi a incerteza se iria continuar minha licenciatura ou não. Mas minha fé e a vontade de vencer nunca me deixaram fracassar, sempre mantive minhas tarefas do Prolind em dia, mesmo em meio ao afastamento devido à licença para tratamento dessa doença que tive.

No ano de 2018 voltei para as aulas do curso cheia de inseguranças, usando lenço, mas minha família, filhos, colegas e amigos me encorajaram para não desistir e voltar às atividades presenciais. Confesso que tive resistências porque muitas das vezes eu não aceitava o fato de sair de lenço, mexia muito com meu interior. Mas certo que Deus me deu forças e nunca me deixou desistir, então aqui finalizo a minha história de lutas, persistência e resistência. Digo com toda certeza que me sinto

vencedora e que Deus a todo tempo não me deixou desistir, tenho uma fé imensa Nele, bem como os meus filhos que sempre foram e são a minha força maior.

## **1.2 Memorial de Angélica Carlos Coutinho**

Tenho 26 anos, resido na Aldeia de Comboios localizada no município de Aracruz/ES, sou casada, tenho uma filha, curso o Prolind na área de Arte, linguagem e comunicação, sou professora atuante de Linguagens do ensino fundamental II na EMEFI Dorvelina Coutinho.

Sou filha de uma mulher guerreira, Marilene Carlos, batalhadora que criou os seus quatro filhos sozinha. Neta de uma parteira bem conhecida na aldeia de Comboios, Guiomar da Silva Carlos, e sobrinha do cacique Antônio Carlos que também reside na mesma aldeia. Nasci em Santa Leopoldina e com apenas 7 meses comecei a frequentar a creche para a minha mãe trabalhar. A minha família cresceu e se criou na Aldeia Comboios.

Estudei até a 4ª série na minha comunidade, pois na época, ano 2000, a escola que tinha na aldeia era até a quarta série. Essa escola era bem simples, uma casinha onde hoje em dia fica a Associação de Moradores de Comboios, o refeitório ficava próximo da escola. Após o término da 4ª série comecei a estudar fora da aldeia, passei a estudar na escola mais próxima da aldeia que se localiza na Vila do Riacho a escola estadual EEEMF Ermentina Leal que para ter acesso a ela tinha que acordar cedo, atravessar o rio e pegar o ônibus. Muitas vezes o ônibus quebrava ou não vinha buscar, assim nós acabávamos perdendo a aula. Outras vezes o ônibus nos buscava, mas não levava de volta e eu e meus colegas tínhamos que andar quase 3 km para voltar a nossa casa. Tinha dias que estava chovendo, outros ensolarados, e mesmo assim voltávamos para a nossa aldeia.

Foi uma época muito triste e difícil, mas graças a Deus deu certo. Além desta trajetória vivenciada, tínhamos que também lidar com o preconceito, havia muito o desrespeito por parte das pessoas que não moravam na aldeia. Eles usavam muito estereótipos e só sabiam relacionar o indígena com o imaginário do indígena de 1500, que andava nu, de cabelo liso e pele avermelhada. Eu, por ser morena e de cabelo



cacheado, sempre faziam piadinhas sobre a minha pessoa, diziam que eu não era indígena. Mesmo sofrendo muito preconceito, eu não desisti de terminar os meus estudos, deixava as pessoas falarem o que quiserem e fazia de tudo para me empenhar. Entretanto, infelizmente, por estudar em uma escola não indígena, perdi o foco e não procurei saber sobre a minha cultura e língua materna. Assim, foquei em estudar e fazer vários cursos para a minha qualificação profissional, para que futuramente eu pudesse obter o meu primeiro emprego. O que não foi nada fácil, pois onde moro tem que acordar cedo para sair de casa, caminhar e pegar ônibus no bairro mais próximo a Vila do Riacho e ir à cidade Aracruz. Como minha família era financeiramente bem humilde, não tínhamos carro, então eu usava o transporte escolar. Após finalizar os estudos, passei a ir para Aracruz de ônibus para fazer os cursos, sempre me empenhei a fazer o melhor de mim. Na busca por qualificações, fui deixando a minha cultura de lado, pois me sentia envergonhada e, por um tempo, acabei aceitando que a palavra índio/indígena não fazia parte de minha vida.

Com o passar dos anos, prometi a mim mesma que mostraria para as pessoas que me trataram com preconceito e me diminuíram, que eu realizaria o meu sonho de me formar em psicologia. Após concluir o ensino médio, com 16 anos de idade, continuei fazendo cursos para aprimorar meus conhecimentos, pois não consegui entrar na faculdade devido aos poucos recursos financeiros que tínhamos. Quando completei 18 anos comecei a procurar um emprego, mas por morar longe e não conhecer ninguém de Aracruz nunca era escolhida, mesmo tendo várias qualificações.

Após alguns anos de busca por emprego, apareceu uma oportunidade na EMEFI Dorvelina Coutinho, de substituir a professora Jeannie, que me fez abrir outro olhar para esta profissão de ser professora. Lembro-me da minha primeira vez na sala de aula em 2013, eu estava atuando nas turmas multisseriadas do 1º ao 3º ano. Essa oportunidade foi o meu primeiro contato na escola.

Depois daquele primeiro dia, comecei a amar estar dentro da sala de aula. Com o passar do tempo, naquele mesmo ano, à professora Jeannie sempre quando precisava me chamava para cobri-la, e eu adorava estar com as crianças. Fui me

descobrir dentro da sala de aula. Tamanho carinho tomei pelas crianças que em meu primeiro relacionamento quis me tornar mãe, mas não foi possível, entrei em depressão pela perda do meu primeiro filho. O que me fez seguir era o que os médicos falavam “você é nova, tem muita estrada para você ainda”.

No meu segundo relacionamento, conheci um rapaz da minha aldeia que tinha uma irmã que para mim era diferente. Ao conhecer a história dela, do que aconteceu com ela para que ela tivesse a deficiência intelectual, fui me apegando a ela. Quando ela me encontrava na escola sempre pedia para eu dar aula para ela, foi aí que caiu a ficha e busquei qualificação para ter a oportunidade de trabalhar com ela. Não sei explicar qual era a deficiência da minha cunhada, mas fiz um curso que abriu a minha mente em relação a trabalhar com alunos com deficiência física e mental. Este curso foi determinante para que eu ingressasse na sala de aula nos dias de hoje.

Quando terminei o curso, não consegui ingressar na escola, pois ainda não tinha muitas vagas para atuar com a Educação Especial. Assim, aproveitei outra oportunidade de trabalho, na empresa de consultoria e projetos, chamada Norplan, que prestou serviço terceirizado para prefeitura de Aracruz que durou seis meses. Após concluir o contrato, continuei procurando emprego e surgiu uma oportunidade no hospital, que eu não pude aceitar devido a dificuldades de deslocamentos. Entretanto, nesta mesma época recebi uma ligação que mudaria a minha vida, fui convidada para trabalhar na escola com reforço escolar no ano de 2013 e 2015. Trabalhei com a oficina de artes. As crianças adoravam, sempre perguntavam se eu daria aula todos os dias, o que não era o caso. Assim que o contrato acabou, foi muito difícil despedir das crianças.

Após passar alguns anos, foi criado para nós, indígenas, em 2015, o PROLIND, o primeiro curso específico para indígenas ofertado pela UFES. Consegui passar na prova do curso e entrei com toda vontade, pois estava realizando um sonho meu e de minha mãe, que sempre me motivou a estudar. Ela queria muito que eu trabalhasse perto de casa. Assim, interessei-me pela habilitação em Artes, Linguagem e Comunicação.

Na escola onde atuo hoje, há alunos indígenas e não indígenas, e alguns com NEE. Nós, professores, estamos fazendo o máximo para atender as especificidades desses alunos, pois eles precisam de nossa atenção sem que os tiremos o direito de aprender acompanhando os seus colegas.

Temos a oportunidade de conhecer com profundidade as lutas e especificidades de uma pessoa com necessidade especial quando alguém de sua família faz parte desse grupo. Eu senti isso na pele quando meu irmão foi diagnosticado, no mês de março de 2019, com o quadro clínico de uma criança com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e dislexia. Antes de ter o diagnóstico do meu irmão, passei a achar que ele não aprendia porque eu era a professora/irmã na sala de aula, e isso foi horrível para mim. Isso me deixava muito triste, pois com os outros alunos com laudo eu tinha um trabalho diferente. Assim, senti na pele o sofrimento que meu irmão passou, o preconceito que ele viveu. Meu irmão não sofreu *bullying* na EMEFI Dorvelina Coutinho, pois lá ele era amigo de todos, mas penso que em outra escola poderia ser diferente por ser aluno indígena e NEE, ele poderia passar pelo que vivi e também sofrer *bullying*.

## 2. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Considerando a trajetória de vida das autoras, marcada por muitas dificuldades e desafios ao longo de suas caminhadas familiares e estudantis, é possível entender do porquê do tema da pesquisa que realizamos, bem como sua importância. Ao longo das nossas vivências enquanto professoras, pudemos ver as dificuldades dos educadores indígenas para ensinarem os alunos com Necessidade Educativas Especiais (NEE) atendendo, sem excluí-los, suas especificidades e direitos. A partir da Constituição Federal de 1988 e várias Leis e Decretos advindos com ela, os direitos dos alunos com NEE a ter acesso à educação formal no ambiente escolar e as formas de aprender com os educadores.

Além das dificuldades de se praticar uma educação escolar inclusiva, nossa justificativa em abordar a chamada “Educação Especial” da EMEFI Dorvelina

Coutinho se fundamenta nos baixos rendimentos após avaliações internas e externas com os alunos durante muitos anos. Tal situação despertou inquietações na equipe pedagógica e até mesmo para a Secretaria Municipal de Educação de Aracruz/ES. Era preciso desvendar os porquês do não aproveitamento de alguns alunos nesta escola, então a gestão pedagógica junto aos educadores começou a pedir ajuda para um grupo dentro da Secretaria Municipal de Educação de Aracruz conhecido como equipe multidisciplinar. Essa equipe passou a dar formações e informações sobre a chamada “Educação Especial” na perspectiva da inclusão e a fazer encaminhamentos para o profissional da área médica.

Após as avaliações da equipe de saúde vários alunos receberam diagnósticos sobre suas necessidades especiais. Diante disso, foi extremamente importante envolver os pais, que também foram convocados a conhecer e entender sobre as especificidades dos seus filhos com NEE. Esta situação vem crescendo na população indígena de Comboios e número de alunos com NEE também vem aumentando, ainda mais os que possuem a chamada “deficiência<sup>1</sup> intelectual”, sendo elas: Transtorno do Espectro do Autismo, Transtorno de Comportamento e de Aprendizagem. Tais alunos, precisam de atendimento que contemplem suas NEE.

Apesar da luta pelo reconhecimento do direito por igualdade aos serviços ofertados para as pessoas com NEE já perpassar alguns anos, ainda se observa que as mudanças são lentas e que pouca coisa mudou. Para que esses direitos sejam de fato praticados, os profissionais que atuam com esses alunos devem buscar fazer a diferença na vida dos mesmos. Além do engajamento desses profissionais, é importante que a família também lute pelos direitos dos seus filhos/filhas e, sucessivamente, que a escola também faça a sua parte na efetivação das conquistas legais dos alunos com NEE. Por isso, as autoras desse trabalho buscam, evidenciar as práticas dos docentes para com os alunos com necessidades educacionais especiais

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, alinhando-nos com o de outros pesquisadores indígenas (FRANCO; SILVA; REGINA, 2017) utilizaremos preferencialmente o termo Necessidades Educacionais Especiais (NEE) pois o consideramos mais inclusivo e abrangente que o termo deficiência. A terminologia deficiência, bem como Educação Especial, aparecem quando se trata de citações de bibliografias, entrevistas ou menções documentais.

na EMEFI Dorvelina Coutinho de Comboios.

## 2.1 Objetivos da pesquisa

Tendo em visto o desejo de contribuir com a formação dos educadores indígenas sobre Educação Inclusiva, o objetivo geral da pesquisa que culminaria no produto educacional foi: compreender como a EMEFI Dorvelina Coutinho de Comboios avançou na sua prática do fazer do dia a dia dos educadores no atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais. Para tanto, percorremos os seguintes objetivos específicos:

- a) Entender como os educadores da EMEFI Dorvelina Coutinho lidavam com os alunos indígenas com Necessidades Educativas Especiais dentro da sala de aula;
- b) Identificar os aparatos legais que garantem práticas educacionais inclusivas para os alunos com necessidades educativas especiais;
- c) Destacar práticas pedagógicas dos educadores tupinikim que contribuem para o aprendizado dos alunos com Necessidades Educativas Especiais.

## 2.2 Percurso metodológico

Em vários documentos, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e Adolescente (1990), Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), dentre outras, temos a garantia legal do atendimento dos alunos com NEE. Entretanto, na prática, no dia a dia da sala de aula, é muito desafiador viver uma Educação Inclusiva. O próprio sistema não dá o suporte necessário que os professores carecem como a formação com as temáticas voltadas para a chamada “Educação Especial”. Além disso, poucos são as pesquisas e as publicações que tratam desse tema no contexto da Educação Indígena, especificamente, entre os Tupinikim.

Por isso, as fontes que consultamos para fazer nossa pesquisa e, assim, criar o produto educacional, foram os próprios professores e diretores tupiniquim, por serem esses os profissionais que atuaram com os alunos com NEE. Foram esses

profissionais que diante dos desafios que enfrentaram com os alunos que não conseguiam ter avanços na leitura/escrita e na interação com os seus colegas, que buscaram ajuda com a equipe de saúde. Vale ressaltar que o parecer médico é apenas mais uma das informações que o professor pode ter ao seu dispor, pois o aluno não pode ser pautado no laudo. Porém, isso oportuniza também a garantia dos direitos legais dos alunos com NEE. Além disso, buscamos ouvir alguns alunos com NEE e mãe de uma aluna com NEE que já estudaram na escola, a fim de aprender com eles sobre os desafios que nós, educadores indígenas da Emefi Dorvelina Coutinho, já enfrentamos e ainda precisamos enfrentar. Também consultamos alguns documentos disponíveis na referida escola que contam sobre sua história.

Assim, inicialmente, fizemos entrevistas, estruturadas e semiestruturadas, com essas pessoas, e, em seguida, uma análise documental. Após isso, buscamos analisar como os professores trabalhavam, quais práticas de ensino e atividades utilizavam para atender os alunos com NEE. Nosso objetivo ao fazer a referida análise era entender se houve avanços na Educação Inclusiva, se os alunos são contemplados nas suas especificidades, recebem atividades adaptadas, tem apoio do auxiliar do professor e se sentem parte da turma e escola. Para que assim, fosse possível criar um material que possa auxiliar a prática dos profissionais que trabalham com alunos com NEE.

### **3. O PRODUTO EDUCACIONAL**

Diante da escassez de materiais com foco na Educação Inclusiva nos contextos escolares indígenas, principalmente entre o povo tupinikim, percebemos que as informações registradas e produzidas com a pesquisa que fizemos, poderiam colaborar com a formação e a prática dos profissionais que atuam com alunos com NEE. Por isso, criamos um produto educacional no formato de um livro, que traz de forma atrativa e leve, diversas informações sobre a história e a prática da Educação Inclusiva da Emefi Dorvelina Coutinho.

É importante destacar que temos ciência das particularidades de cada aldeia

tupinikim, assim como de cada povo indígena, por isso destacamos que o livro que criamos não visa ser uma “receita” a ser replicada em outros contextos escolares indígenas. Nossa intenção é inspirar os educadores quando estiverem montando seus planos de aulas e também outros profissionais indígenas que atuam com alunos com NEE e buscam praticar a Educação Inclusiva, para que eles encontrem práticas pedagógicas outras, respeitosas, inclusivas, e, algumas vezes, únicas, pois cada ser humano é único. Assim, o livro é estruturado da seguinte forma:

- **Capítulo 1:** Apresenta a escola tupinikim Emefi Dorvelina Coutinho, dando um panorama sobre a sua história, bem como a sua composição e estrutura. Assim, fica claro que a educação indígena se difere da não indígena, sendo específica e diferenciada.
- **Capítulo 2:** Compartilha alguns dos aparatos legais que asseguram os direitos educacionais dos alunos com NEE. Com isso, deixamos claro que esses alunos devem ter suas especificidades atendidas pois elas são asseguradas por leis e que os profissionais que atuam com eles têm que praticar a Educação Inclusiva com muito respeito e empenho.
- **Capítulo 3:** Explica, por meio de múltiplas perspectivas, educadores, alunos, mãe de aluna, a Educação Inclusiva da Emefi Dorvelina Coutinho, destacando os desafios enfrentados no passado e os que ainda precisam ser superados no presente. Além disso, nos ensina sobre a importância da educação escola inclusiva na vida dos alunos com NEE.
- **Capítulo 4:** Mostra algumas práticas pedagógicas alinhadas com a Educação Inclusiva, desenvolvidas na Emefi Dorvelina Coutinho. Por meio de fotografias mostramos algumas experiências de atividades escolares que contemplaram as especificidades dos alunos com NEE e também fazemos algumas sugestões para os educadores indígenas que podem colaborar com seus contextos escolares e de sala de aula.

## **4. AGRADECIMENTOS**

### **4.1 Larissa Duarte Florêncio**

Primeiramente agradecemos a Deus por ter me concedido a realização desse trabalho, não foi fácil, mas tenho certeza que a renovação da minha força e inspiração vem acima de tudo de Deus.

Aos meus familiares que sempre me apoiaram nas minhas decisões e lutas.

A mim mesma que lutei bravamente guerreando com uma doença rara, passei por tratamentos doloridos, mas consegui manter meus trabalhos do curso em dia, claro com apoio de colegas e compreensão dos professores. Não posso deixar de mencionar que uma amiga do Prolind que me ajudou na produção de uma paródia vindo em minha casa nesse período que passei afastada, Adriana Vitoriano que me ajudou a não desistir porque nesse período eu estava fazendo uso de lenço e já estava finalizando o tempo de licença, porém me faltava coragem e a própria aceitação de ir para o curso usando lenço, enfim essa amiga foi muito importante para mim não desistir.

As lideranças, aos professores militantes da educação que lutaram fazendo vários enfrentamentos e que conseguiram oportunizar para nós o Prolind.

Aos professores entrevistados que foram fundamentais e contribuíram para a pesquisa.

A minha orientadora Paula que nos motivou, incentivando com paciência, dedicação, sabedoria e sugestões nesse processo de produção do material.

### **4.2 Angélica Carlos Coutinho**

Em primeiro lugar, a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos.

À minha mãe que sempre me incentivou a estudar, a buscar conhecimento, que sempre entendeu a minha ausência, mas sabia que era para algo que me auxiliaria no futuro.



Também não posso esquecer do meu esposo que sempre estava ao meu lado e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

À professora Paula, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

A todos que participaram, de forma direta ou indireta, do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

À Larissa, que foi o ponto chave na escolha deste tema tão importante para a nossa escola e aldeia.

## **5. BREVES PALAVRAS DA ORIENTADORA**

A entrada ‘oficial’ dos povos indígenas nas universidades muito tem me ensinado. Com suas epistemologias outras, que muito se diferem da ocidental dominante, tenho aprendido sobre outros caminhos e formatos possíveis para a pesquisa acadêmica, assim como outras finalidades. Diversos teóricos indígenas destacam as várias especificidades do fazer pesquisa entre eles, questionando inclusive, como bem ressalta a indígena Linda Smith, a quem a pesquisa serve, a quais interesses e quem vai se beneficiar dela. Por se tratar de povos que, na sua maioria, possuem epistemologias e ontologias fundamentadas na coletividade, os teóricos indígenas têm destacado a importância da pesquisa acadêmica se alinhar e atender os interesses do coletivo, das aldeias, e, assim, trazer contribuições para as lutas de diversas naturezas que os povos originários ainda enfrentam diariamente. Estamos diante então de pesquisas que, como destaca a indígena Margaret Kovach, colaboram com a justiça social, cognitiva e ecológica. Ao meu ver, o trabalho de Larissa e Angélica além de estar alinhado com essa discussão teórica feita por indígenas de diversos povos e continentes, exemplifica bem o que eles têm discutido.

Neste memorial, é possível perceber que Larissa e Angélica conectam seu interesse investigativa aos problemas da aldeia, especificamente, da educação

escolar, e propõe um produto educacional que pode colaborar com a justiça cognitiva e social. Fico extremamente feliz pelo Prolind/UFES permitir e potencializar esses caminhos outros no fazer pesquisa acadêmico porque isso sim é reconhecer e potencializar a multiplicidade epistêmica que constitui o Brasil, e, assim, colaborar com o questionamento e rompimento de práticas coloniais que ainda reverberam nos espaços de produção de conhecimentos. Além disso, fico muito orgulhosa por minhas orientadas terem tido coragem para honrarem o compromisso que possuem com seu povo, buscando colaborar com os diversos desafios que ainda precisam ser superados na educação indígena por meio de um fazer pesquisa que além de ser coletivo, a todo momento, busca retornar para o seu povo, de forma acessível, todo conhecimento que produziram juntos. Por isso, temos como resultado um material pioneiro na temática abordada pelo trabalho, a Educação Inclusiva no contexto escolar indígena, que possui potencial de estimular muitos caminhos outros, principalmente práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

Destaco ainda a força e a resiliência de Larissa e Angélica, nítidas neste memorial. Estamos diante de guerreiras que não desistiram frente aos diversos problemas que cercaram suas vidas, suas histórias enquanto Tupinikim, e que, mesmo frente a pandemia de Covid-19, que trouxe diversas limitações e restrições para a realização do TCC, nos mostraram ser possível resistir e (re)existir enquanto indígenas, alunas, pesquisadoras e educadoras. Particularmente, enquanto irmã de uma pessoa com NEE, fico extremamente emocionada pela pesquisa de Larissa e Angélica que, além de colaborar com a concretude legal da Educação Inclusiva, semeia esperança de que mundos mais respeitosos são possíveis e nos mostra que o 'diferente', na realidade, é extraordinário.

Obrigada meninas! Obrigada povo tupinikim!

*Paula Cristina Pereira Silva*

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andrea Cristina. **Consciência Argumentativa entre Educadores Tupiniquim de Aracruz/ES que atuam nas primeiras séries do Ensino Fundamental de Escolas Indígenas**. Dissertação produzida no Âmbito do Convênio Internacional entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo e o *Institut Pour le Développement et l'Education des Adultes*, Genebra – Suíça. São Paulo/SP, 2007, 218p. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/10005/Andre%20Cristina%20Almeida.pdf> Acesso em: 8 de fev. de 2022.

BRASIL. **Educação Escolar Indígena: Diversidade Sociocultural Indígena Ressignificando a Escola**. Secretaria De Educação Continuada, Alfabetização E Diversidade (SECAD/MEC). Brasília/DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoindigena.pdf> Acesso em: 8 de fev. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm). Acesso em: 9 de mar. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994. Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf) Acesso em: 9 de fev. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <file:///C:/Users/amigo1/Downloads/Lei%209394>

[%20de%201996%20%20Lei%20das%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.pdf](#) Acesso em: 9 de fev. de 2022.

BURATTO, Lúcia Gouvêa. **O Indígena em Situação de Deficiência: o duplo desafio da inclusão**, 2007. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/md\\_lucia\\_gouvea\\_buratto.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_lucia_gouvea_buratto.pdf) Acesso em: 9 de fev. de 2022.

CARDOSO, Marina Araújo Campos. **Reflexos do estatuto da pessoa com deficiência na teoria das incapacidades**. Reflexão e Crítica do Direito, v. 8, n. 2, p. 98-114, jul./dez. 2020, ISSN Revista 2358-7008. Disponível em: <file:///C:/Users/amigo1/Downloads/juvenio,+Marina+Ara%C3%BAjo++REFLEXOS+DO+ESTATUTO+DA+PESSOA+COM+DEFICI%C3%8ANCIA+NA+TEORIA+DAS+INCAPACIDADES.pdf>. Acesso em: 10 de fev. de 2022.

FRANCO, Celma Correia. **A inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais nas escolas Xakriabá: Xukurank e Uikitu Kuhinã.** 48 p. Belo Horizonte/MG, 2017. Disponível em: [https://www.biblio.fae.ufmg.br/monografias/2017/TCCCELMA\\_ANTONIO\\_E\\_ELIZABETE.pdf](https://www.biblio.fae.ufmg.br/monografias/2017/TCCCELMA_ANTONIO_E_ELIZABETE.pdf). Acesso em: 10 de fev. de 2022.

JESUS, Jessiá Braz de. Educação para estudantes com necessidades especiais na Aldeia Pataxó de Barra Velha (Bahia). 71p. Belo Horizonte/MG, 2018. Disponível em: [https://www.biblio.fae.ufmg.br/monografias/2018/TCC\\_Jessia-versao\\_final.pdf](https://www.biblio.fae.ufmg.br/monografias/2018/TCC_Jessia-versao_final.pdf). Acesso em: 10 de fev. de 2022.

PRAÇA, Fabiola Silva Garcia. **Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão.** PRAÇA, F. S. G. 08, nº 1, p. 72-87, JAN-JUL, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/amigo1/Downloads/20170627112856.pdf>. Acesso em: 03 de mai. de 2022.

SÁ, Michele Aparecida de. **Criança Indígena com Deficiência na Escola Indígena: limites e possibilidades.** 2013, p. 1-13. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminariosdogepec/seminarios-de-2013/5-educacao-especial-na-educacao-no-campo/e11-crianca-indigena-com-deficiencia-na-escola.pdf> Acesso em: 08 de mar. de 2022.

SANTA CATARINA. **Diretrizes dos centros de atendimento educacional especializados em educação especial.** Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). São José/SC: FCEE, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/amigo1/Downloads/DIRETRIZES%20CAESP\\_final\\_07072020.pdf](file:///C:/Users/amigo1/Downloads/DIRETRIZES%20CAESP_final_07072020.pdf) Acesso em: 08 de Mar. de 2022.